

Itabaiana mantém lixeira funcionando

Município não foi notificado de decisão judicial que determina implementação de um aterro sanitário

Monique Oliveira
DA EQUIPE JC

A Prefeitura Municipal de Itabaiana ainda não foi notificada sobre a sentença do Ministério Público em relação à adoção de medida coercitivas para dar eficácia à decisão judicial que determinou o fim do lixão e a implementação de um aterro sanitário, bem como, a recuperação ambiental de área degradada pelo depósito irregular de resíduos sólidos.

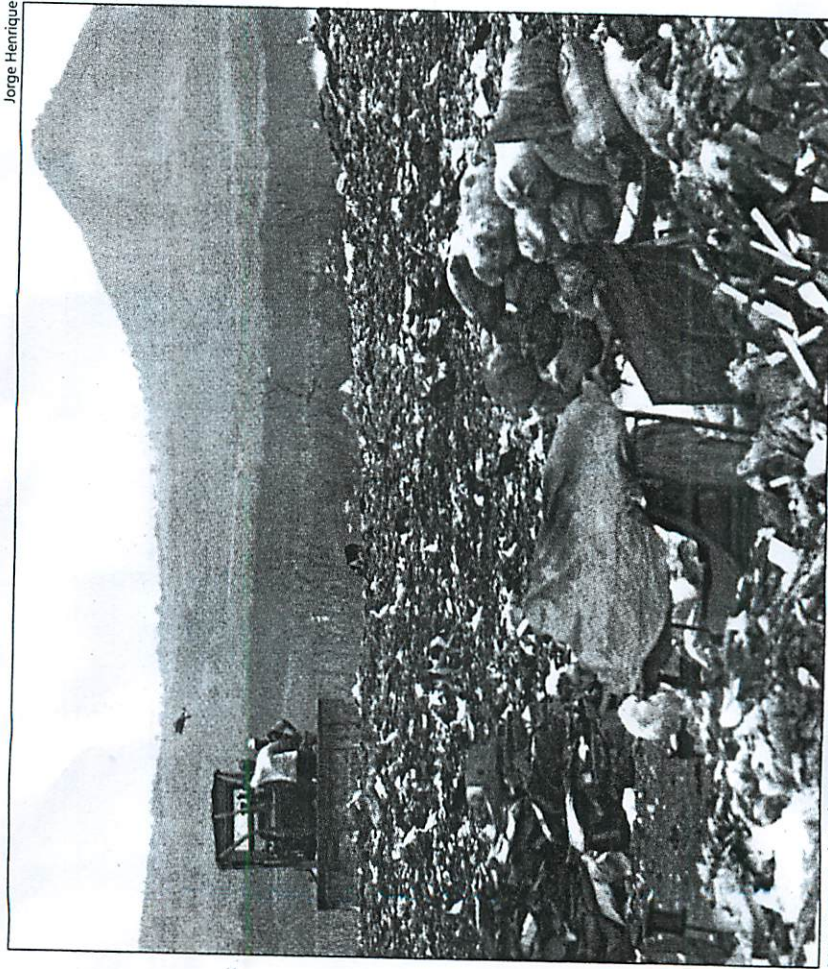
A informação é do procurador geral do Município de Itabaiana, Lucas Cardinali Pacheco. Segundo ele, o lixão foi objeto de ação civil pública tombada sob o número 200452100460, a qual condenou o município a tomar uma série de medidas a partir de 2010.

"Em 25 de abril de 2011 o recurso foi julgado improcedente, ficando o processo sem movimentação até maio de 2013. Da decisão em 2010 pra cá o município tomou uma série de medidas, as quais foram implementadas a partir de janeiro de 2013, quando o prefeito Valmir dos Santos Costa assumiu a Prefeitura. Logo que assumiu, ele tomou medidas ligadas à parte social e ambiental", esclareceu o procurador.

Pacheco relatou que o município, em parceria com o Consórcio do Agreste, cadastrou os 48 catadores e criou uma cooperativa de lixo, a qual, por meio do programa Cataforte III do Governo Federal, possibilitará que a cooperativa desenvolva a coleta seletiva de lixo.

"Os consorciados estão fazendo repasse de 0,3% do FPM e ICMS para que o Consórcio possa viabilizar a lei de resíduos sólidos. Com a aprovação da lei, o município receberá recurso federal, ou seja, do PAC 2 e vai desabilitar o lixão (aterro controlado) para a implementação de aterro sanitário", afirmou o advogado, acrescentando que sobre a decisão do MP está aguardando a notificação para saber quais as medidas que o município não está tomando para se ajustar.

Jorge Henrique



PREFEITURA de Itabaiana ainda não foi notificada da decisão judicial sobre lixão e diz que adotou algumas medidas

"No que toca à notícia veiculada no portal do MPE, o município ainda não tomou conhecimento de quais medidas o Ministério Público pretende que sejam tomadas, embora seja certo que o chamado 'lixão de Itabaiana' está com os dias contados ante todas as políticas públicas que foram implementadas pela

Prefeitura em 2013, cujos frutos serão ainda mais visíveis a partir do final do ano de 2014. Percebe-se que tão embora não tenha sido resolvido em definitivo o problema do 'aterro controlado' de Itabaiana, muito já foi feito e todas as medidas e políticas públicas para solucionar (de forma definitiva) a situação já

foram tomadas e estão em trâmite", afirmou. Com relação à medida que o município está tomando na área ambiental, ele esclareceu que a adesão ao Consórcio do Agreste Sergipano, do qual 20 municípios são membros, o recurso de 0,3% é para dar autonomia ao Consórcio para realização de estudos na área atual e de novas áreas para criação do aterro sanitário a partir de agosto de 2014 com recursos do Governo Federal e dos Municípios envolvidos.

"Consequimos, por meio do Consórcio, recursos para o Prade (recuperação da área degradada). Após a desativação do 'aterro controlado', será colocado trator de esteira para constante revolvimento do lixo, abertura de valetas laterais para contenção do chorume, realocação do lixo e abertura de via na área do aterro para melhor acomodação do lixo. Assim, o município de Itabaiana vem tomando diversas medidas sociais e ambientais a fim de enfrentar e resolver a questão do lixo".

Social

Entre as medidas sociais, Lucas Pacheco destacou a erradicação do trabalho infantil na área do "aterro controlado de Itabaiana", por meio de trabalho de conscientização com os catadores de lixo e colocação de placas no local. Além disso, a disponibilização de equipamentos de proteção individual como luvas, máscara, óculos e botas aos catadores.

"A Prefeitura também cadastrou os catadores e os incluíram em programas governamentais de assistência, reformou a guarita com colocação de ponto de água potável e banheiro; contratou uma empresa para coleta de lixo sólido e lixo hospitalar (não mais jogados na lixeira); além de colocar um fiscal do Município para monitorar a área, e de providenciar a recuperação de todo o cercado (contenção de sacolas e controle de pessoas) e colocação de um portão (só é permitida a entrada de pessoas a automóveis autorizados)", frisou.



